



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

(Do Sr. Paulo Azi)

Solicita que esta CPI requirite ao Fundo de Previdência dos Funcionários da Petrobras PETROS cópia de contratos, estudos e outros documentos relacionados às operações de aquisição, participação societária, aplicações de renda variável entre outras, que tenham envolvido investimentos com recursos do Fundo no período de 2003 a 2015.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base nos arts. 2º, da Lei nº 1.579, de 1952, e 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que esta CPI, criada “*investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e de manipulação na gestão de fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos, ocorridas entre 2003 e 2015, e que causaram prejuízos vultosos aos seus participantes*”, requirite ao Fundo de Previdência dos Funcionários da Petrobras PETROS os seguintes documentos:

- 1) Cópia de todos os contratos, relatórios e estudos relacionados a investimentos do PETROS tanto os de aquisições de imóveis, quanto de investimentos em operações estruturadas, aplicações em fundos de renda fixa, títulos ou cartas de crédito lastreadas em dívidas, participações societárias e relatórios de investimentos em renda variável, firmados entre 2003 e a data deste requerimento;
- 2) Cópia dos estudos e análises que embasaram as decisões de investimento relativas às operações mencionadas no item anterior;
- 3) Cópia de quaisquer outros documentos relacionados às operações mencionadas no item 1;
- 4) Cópia da ata de todas as reuniões de diretoria entre 2003 e a data deste requerimento;

JUSTIFICAÇÃO

Diversos órgãos da imprensa têm noticiado déficits recordes em fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Notícia do Jornal Valor Econômico de 30/07/2015, afirma que o Fundo de Pensão dos Funcionários da Petrobras – Petros acumulou, somente em 2014, déficit de R\$ 6,2 bilhões. Esse é o segundo ano consecutivo de déficit da fundação, que, no ano anterior foi de R\$ 2,4 bilhões.

O Jornal O Globo, em reportagem de 17/04/2015, alerta que o uso político agrava rombo na Petros, sendo que funcionários e aposentados da Petrobras correm o risco de ter de fazer contribuições extras para cobrir prejuízos do fundo de pensão da estatal, a Fundação Petros, a partir de 2017.

Documento elaborado por dois conselheiros independentes da Petros aponta que o Plano Petros do Sistema Petrobras (Petros BD) — que tem mais de R\$ 70 bilhões em investimentos e envolve 28 mil contribuintes e mais de 50 mil aposentados da estatal — deverá repetir um resultado negativo este ano. Se isso acontecer, a fundação será obrigada a cobrar dos participantes uma contribuição extra para cobrir o rombo.

O aparelhamento da Petros se tornou mais claro à sociedade quando o fundo de pensão entrou na mira da Lava-Jato depois que o advogado Carlos Alberto Pereira Costa, um dos auxiliares do doleiro Alberto Youssef, disse em delação premiada que o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, preso 15/04/2015, intermediava negócios na Petros e em outros fundos de pensão. O negócio envolvendo Vaccari teria rendido, segundo o advogado, R\$ 500 mil em propinas a ex-gerentes da Petros.

Diante de todo o exposto, de forma a bem realizar os trabalhos desta Comissão, solicitamos cópia dos documentos citados neste Requerimento, imprescindíveis para a realização de uma adequada investigação acerca dos fatos amplamente divulgados e documentados.

Sala da Comissão, em de de 2015.

PAULO AZI
Deputado Federal
Democratas/BA